

Sole Carreira
[Signature]
[Signature]



TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha
Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

1º Trimestre 2026

Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes ao **primeiro trimestre de 2026**.

A TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, (adiante, TERAMB), é uma entidade empresarial local detida a 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Foi constituída a 1 de novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

SUMÁRIO EXECUTIVO

	2026 (1º trimestre)	2025 (1º trimestre)	2024 (Anual)	2023 (Anual)	2022 (Anual)
	Ton				
Reciclagem multimaterial	746,80	701,64	3 285,88	3244,08	3446,19
Valorização orgânica	898,16	806,68	2 634,51	2 830,16	2.587,89
Valorização energética	5 730,55	10 727,00	40 177,77	41.520,00	31.280,97
Confinamento técnico	144,94	44,08	130,62	372,84	276,21
Mineração	0	0	0,00	0,00	0,00
<u>Total de resíduos e SPOAS</u>	<u>11 011,71</u>	<u>11 510,30</u>	<u>46 856,52</u>	<u>47 664,77</u>	<u>47.588,52</u>
	MWh				
Produção Elétrica Bruta	2 244,10	5.048,42	17.224,08	17.342,69	17.342,69
Eletricidade Exportada (líquido)	1 694,30	4.003,01	13.323,15	13.410,20	13.410,20
Ressarcimentos	0	0,00	2.245,15	1.049,00	2.006,00
	Euros				
Volume de negócios	954 863,99	1 168 217,50	4 022 158,18	3.614.458,34	2.844.426,23
Resultados líquidos	5 530,19	210 917,61	481 721,64	251 654,50	-173.376,25
Capital Próprio	24 269 830,39	25 502 060,73	25 555 146,05	26 129 006,11	26.752.996,24
Passivo não corrente	4 987 630,70	5 479 638,23	5 479 638,23	5 911 817,87	5 942 057,75
Número de colaboradores	44	44	44	43	42
Horas de formação	626,5	203	3215	890,5	445
Taxa de feminização (%)	16	16	16	16,7	16,7

A ATIVIDADE DA EMPRESA

No **primeiro trimestre** do corrente ano deram-se continuidade às operações das diversas valências da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira. Geriram-se neste trimestre **11.708,05** toneladas de resíduos, o que representa uma diminuição de **2%** face ao período homólogo de 2025.

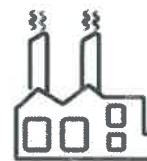
Conforme o seu potencial e em estreito cumprimento com a hierarquia do tratamento de resíduos, foram vários os seus destinos:



747 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL



898 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ORGÂNICA



8586 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA



0 TONELADAS DE COMPOSTO
PRODUZIDO



0 TONELADAS DE ESCÓRIAS
PRODUZIDAS PARA VENDA



1 694,30MWH DE ELETRICIDADE
EXPORTADA PARA A REDE
PÚBLICA

Mantiveram-se as parcerias estabelecidas com os diversos operadores de gestão de resíduos, nomeadamente a Resiaçores e Equiambi, no sentido de criar sinergias positivas e a partilha de infraestruturas.

Através da parceria com a Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda, entidade gestora do sistema integrado de pneus usados, licenciada para exercer a atividade de gestão de pneus usados em Portugal Continental e Regiões Autónoma, rececionaram-se 135,65 toneladas e valorizaram-se 88,68 toneladas energeticamente, de pneus usados da RAA.

Por via do contrato de gestão delegada estabelecido com o Município de Angra do Heroísmo, a TERAMB garantiu a gestão dos recicláveis do concelho de Angra do Heroísmo desde a recolha até ao centro de triagem e posterior envio para retomador.

Outra importante atividade desenvolvida pela Teramb ao abrigo de um protocolo de cooperação estabelecido com o IAMA, é a gestão e tratamento de Subprodutos de Origem Animal (SPOAS) produzidos nos matadouros e centros de abate dos Açores, sendo mesmo o único destino para todos os SPOAS de categoria M1 produzidos nas nove ilhas dos Açores.

Para além da importância da redução e reutilização, a VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL é uma das prioridades da TERAMB que em conjunto com os municípios realizam uma série de esforços no sentido de potenciar o seu incremento.

No período em apreço foram rececionadas no operador de triagem 696,34 toneladas de embalagens tendo sido aceites para valorização **486,24 toneladas** de embalagem, o que representa um ligeiro aumento face ao período homólogo de 2025.

No ecocentro foram rececionadas **50,46 toneladas** de resíduos para valorização multimaterial, compostos essencialmente por resíduos de construção e demolição, material ferroso e Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE).



FIGURA 1: ECOCENTRO

Do ecocentro foram encaminhados para valorização 57,08 toneladas de RCD's e 16,98 toneladas de REEE.

No que respeita à valorização multimaterial dos produtos resultantes da valorização energética, foram encaminhados para valorização multimaterial **64,61 toneladas** de material ferroso e **720 toneladas** de escórias inertes, estas últimas destinadas a valorização para uso interno.



FIGURA 2: ESCORIAS FERROSAS



FIGURA 3: ESCORIAS INERTES

Em 2026 mantém-se o objetivo de apostar na **VALORIZAÇÃO ORGÂNICA**. Apesar dos diversos constrangimentos quer a nível técnico, quer de financiamento, mantém-se a aposta na construção de uma central de valorização orgânica que permita tratar todos os biorresíduos que dão entrada nas instalações e não apenas os resíduos verdes.

O **CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL** (CPSA), com a sua construção assente num protocolo estabelecido com o IAMA, destina-se essencialmente a processar os SPOAS resultantes dos abates efetuados nos matadouros dos Açores (com exceção de São Miguel), bem como salas de desmancha e os animais mortos nas pastagens da ilha Terceira.

No período compreendido entre **1 de janeiro e 31 de março de 2026**, foram rececionadas **1.024 toneladas** de resíduos SPA, das quais **876 toneladas** tiveram origem na ilha Terceira. As restantes **148 toneladas**



FIGURA 4: CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

foram encaminhadas em **8 contentores**, provenientes das restantes ilhas dos Açores, excluindo a ilha de São Miguel.

A **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA** destinada ao processamento dos resíduos que não apresentam alternativa de valorização, constitui o destino final dos resíduos urbanos e equiparados produzidos na ilha Terceira e entregues de forma indiferenciada, bem como da maioria dos resíduos industriais banais e perigosos. É também o destino de valorização da fração refugo

proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos dos Açores, com exceção da ilha de S. Miguel, recebendo desta ilha apenas alguns resíduos especiais com obrigação de valorização energética. A quantidade total incinerada acumulada foi de **5 730,55** toneladas, com uma média de 6,13 toneladas/hora.

Relativamente à composição dos resíduos encaminhados para bunker da CVE, a fração correspondente aos resíduos de origem doméstica representou 76,77% do total. Os subprodutos de origem animal corresponderam a 6,30%, os pneus a 6,23% e as lamas a cerca de 2,69%. A restante fração, correspondente a 8,01%, integra outros tipos de resíduos, nomeadamente resíduos industriais, resíduos perigosos, entre outros.

Em termos de rendimento/indicadores da instalação, o índice de utilização foi de apenas 43%, que corresponde a 89 dias de funcionamento, um valor muito inferior ao objetivo e significativamente abaixo do esperado. Este resultado reflete uma reduzida utilização efetiva da instalação, associada a duas avarias que obrigaram a interrupções da operação. Importa, no entanto, referir que a disponibilidade da instalação foi de 100%, uma vez que este indicador considera apenas as paragens programadas, não contabilizando as paragens por avaria. Como durante este trimestre não ocorreram paragens programadas, a disponibilidade manteve-se em 100%. A primeira paragem programada para manutenção encontra-se prevista para o período de 23/06/2026 a 15/07/2026.

A eficiência de exploração da instalação no período em análise foi de 48%, o que significa que a central utilizou cerca de metade da sua capacidade teórica de tratamento. Este valor compara a quantidade de resíduos efetivamente incinerados com a quantidade que a instalação poderia ter tratado se tivesse funcionado continuamente à sua carga nominal de 5,5 t/h durante todo o período disponível.

O resultado foi condicionado pelo número reduzido de horas efetivas de funcionamento e pelas paragens ocorridas durante o período, nomeadamente devido a avarias. Assim, apesar de a instalação ter capacidade para tratar 5,5 toneladas de resíduos por hora em condições normais de operação, o tempo em que esteve efetivamente em funcionamento limitou a quantidade total de resíduos processados.

Saldado
L
6

Nos 89 dias em que a central operou foi produzido um total de **2 244,10 MWh** e exportados para a rede pública **1 694,30 MWh**.

À semelhança do ano passado, manteve-se a não aplicação do cálculo dos ressarcimentos sobre a produção de energia injetada na rede devido à impossibilidade de aplicação do algoritmo de cálculo, decorrente da entrada em funcionamento do AEG5 da empresa CAEN.



FIGURA 5: ASPETO DA CHAMINÉ DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

A nível de cumprimento das obrigações ambientais, os resultados das diversas campanhas de monitorização confirmam o cumprimento dos valores limite de emissão.

No que se refere ao **CONFINAMENTO TÉCNICO**, foram encaminhadas 145 toneladas de resíduos para aterro de resíduos banais o que corresponde **1,32%** do total de resíduos e SPOAS recebidos. Do total de resíduos recebidos na instalação, não foram depositados resíduos em aterro de resíduos perigosos.

Na sequência do aumento do armazenamento de resíduos, a receção de resíduos provenientes dos centros de processamento das restantes ilhas tem sido controlada, tendo em consideração a eficiência de exploração da instalação e a necessidade de garantir a capacidade de tratamento dos resíduos rececionados. No 1.º trimestre foram recebidas 681,55 toneladas de resíduos (Refugo) provenientes dos centros de processamento das outras ilhas, contribuindo para o aumento das necessidades de gestão de armazenamento.

Neste contexto, a atividade de mineração não tem sido realizada, uma vez que a prioridade operacional tem sido assegurar o tratamento dos resíduos rececionados. Adicionalmente, a ocorrência de paragens acidentais reduziu o tempo efetivo de funcionamento da instalação, limitando a capacidade de tratamento de resíduos e impossibilitando a realização de outras atividades, nomeadamente a mineração e passivo.

O **CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** é um dos eixos fundamentais da estratégia da TERAMB. Manteve-se o cumprimento das obrigações ambientais, quer em termos de hierarquia do tratamento dos resíduos quer ainda

do cumprimento de todos os requisitos das diversas licenças. No que se refere ao cumprimento dos diversos planos de monitorização ambiental não se verificaram irregularidades a registar.

O INVESTIMENTO

Quanto ao investimento, no 1.º trimestre de 2026 a prioridade manteve-se centrada na continuidade operacional e na melhoria da fiabilidade dos equipamentos da instalação. Os investimentos realizados no período incidiram essencialmente na manutenção, substituição e reparação de equipamentos e componentes necessários ao normal funcionamento da instalação.

No âmbito do planeamento da manutenção preventiva, encontram-se previstas as paragens programadas do CPSA, entre os dias 17/04/2026 e 24/04/2026, e da Central de Valorização Energética, entre os dias 23/06/2026 e 15/07/2026. Durante estes períodos serão realizadas as principais intervenções de manutenção preventiva, inspeção, reparação e substituição de componentes críticos, estando os investimentos de maior relevância associados a estas intervenções previstos para esses períodos.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

No período em referência, o volume de negócios ascendeu a 954.863,99 €, o que representa uma diminuição de 18,3% face ao período homólogo de 2025 (1.168.217,50 €). Deste montante, 23% corresponde a vendas, essencialmente resultantes da comercialização da eletricidade produzida pela CVE, enquanto os restantes 77% dizem respeito a prestações de serviços.

No 1.º trimestre de 2026, as vendas de energia elétrica ascenderam a 218 658,96 €, valor inferior em 37% ao previsto para o período (347 023,35 €). Este desvio resulta das duas paragens acidentais da instalação, ocorridas em janeiro e fevereiro, que reduziram, consideravelmente o tempo de funcionamento da central e, consequentemente, a produção de energia elétrica injetada na rede.

A prestação de serviços totalizou 736 205,03 €, correspondendo a um desvio de 4,7% face ao valor previsto para o trimestre (772 811,23 €), sendo um impacto menos significativo do que o observado nas vendas de energia elétrica. Este desvio pode ter resultado da diminuição da quantidade de resíduos rececionados no 1.º trimestre de 2026 face ao período homólogo.

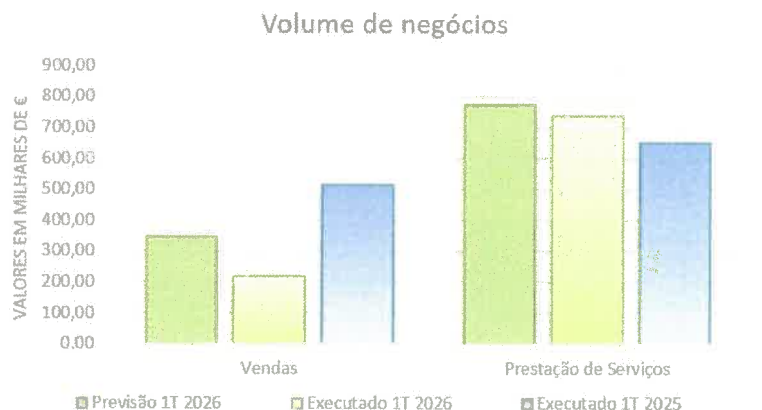


GRÁFICO 1: VOLUME DE NEGÓCIOS, REPARTIDO POR VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMÓLOGO.

A estes valores acresce **304 069,71 €** provenientes da imputação de subsídios ao investimento concedido pelo POVT e pelo programa PO2020. A nota justificativa do cálculo destes valores pode ser observada no ponto 24 do documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

As despesas correntes, com um valor de **806 596,21 €**, representam uma execução orçamental de 79% e uma diminuição de 3,64% relativamente ao período homólogo de 2025. Esta redução deve-se, essencialmente, à diminuição do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, que poderá estar associada ao menor volume de resíduos tratados e à consequente redução do consumo de materiais necessários à operação da instalação.

No que se refere à repartição da despesa corrente, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas contabilizam **9%**, os fornecimentos e serviços externos representam **32%**, enquanto os gastos com o pessoal tiveram um peso de **24%**.

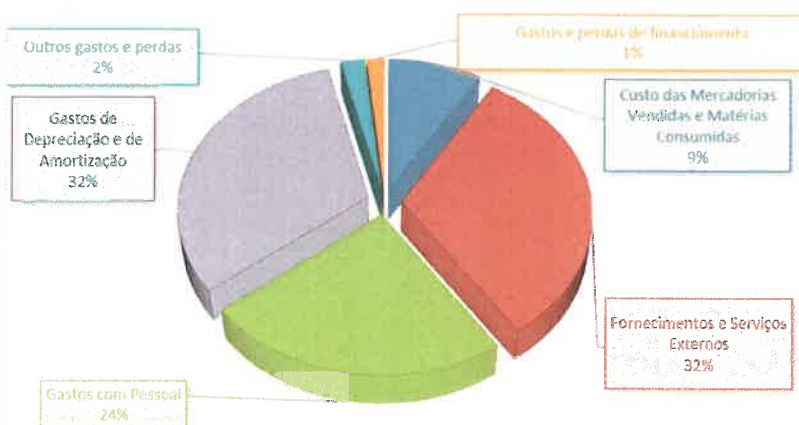


GRÁFICO 2: REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DOS GASTOS E PERDAS



GRÁFICO 2: GASTOS E PERDAS, REPARTIDO POR CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC), FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE), GASTOS COM PESSOAL (PESSOAL), GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (DEPREC_AMORTIZ), OUTROS GASTOS, GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO (PERDAS FINANCIAMENTO) E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMÓLOGO

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, os gastos com depreciações e amortizações ascenderam a **397 846,19 €**, refletindo o desgaste e a perda de valor dos ativos da empresa. Os gastos e perdas de financiamento totalizaram 20 672,30 €, correspondendo essencialmente aos juros e outros encargos dos financiamentos contratados, mantendo-se em linha com o valor previsto para o período.

BALANÇO E RESULTADOS

O total do ativo da TERAMB ascendia, no final do período, a **31 050 204,80 €**, enquanto o passivo totalizava **6 780 374,41 €**.

Os capitais próprios totalizavam **24 269 830,39 €**, sendo constituídos por **1 950 000,00 €** de capital subscrito, **101 327,63 €** de reservas legais, **1 120 256,97 €** de outras reservas, **1 032 098,26 €** de resultados transitados e **20 060 617,34 €** de outras variações do capital próprio. A estes valores acresce o resultado líquido do período, no montante de **5 530,19 €**.

No período de referência, os resultados operacionais antes de impostos foram positivos e cifraram os **5 962,09€**.

DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

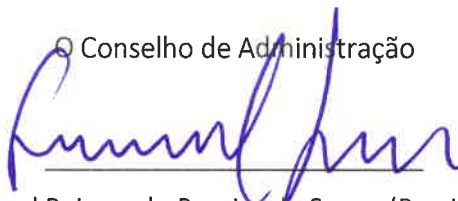
O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

RESULTADOS

O resultado líquido da sociedade a 31 de março de 2026 é **positivo** no montante de **5 530,19€**.

Angra do Heroísmo, 16 de julho de 2026

O Conselho de Administração

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Emanuel Raimundo Pereira de Sousa", written over a horizontal line.

Emanuel Raimundo Pereira de Sousa (Presidente)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo Alexandre Silva Lima", written over a horizontal line.

Paulo Alexandre Silva Lima (Vogal)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Sara Maria Grácio Cerdeira", written over a horizontal line.

Sara Maria Grácio Cerdeira (Vogal)

Anexo I - Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

31. Março. 2026

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2026	2025
Vendas e serviços prestados	22/32	954 863,99	4 287 979,07
Subsídios à exploração	24	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-108 642,92	-501 868,41
Fornecimentos e serviços externos	6/32	-398 833,85	-1 813 821,87
Gastos com o pessoal	30	-299 119,44	-1 221 600,96
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	29	0,00	-14,43
Aumentos / reduções de justo valor	29	0,00	-273,92
Outros rendimentos	24	304 069,71	2 036 088,84
Outros gastos	32	-27 856,91	-400 288,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		424 480,58	2 386 200,22
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8/9	-397 846,19	-1 458 425,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 634,39	927 774,62
Juros e gastos similares suportados	12	-20 672,30	-105 851,54
Resultado antes de impostos		5 962,09	821 923,08
Imposto sobre o rendimento do período	27	-431,90	-111 659,02
Resultado líquido do período	6	5 530,19	710 264,06

Contabilista Certificada
N.º 87799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Ramundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

BALANÇO

31. Março. 2026

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31. Março. 2026	31. Dezembro. 2025
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	9	27 314 092,25	27 709 080,64
Ativos intangíveis	8	199 437,40	202 295,20
		<u>27 513 529,65</u>	<u>27 911 375,84</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	20	1 945 748,90	1 838 139,16
Clientes	29	1 134 139,44	1 133 464,81
Estado e outros entes públicos	29	82 845,67	233 842,89
Outros créditos a receber	29	69 927,49	3 577,34
Diferimentos	29	8,41	22 739,98
Caixa e depósitos bancários	5	304 005,24	554 261,44
		<u>3 536 675,15</u>	<u>3 786 025,62</u>
Total do ativo		<u><u>31 050 204,80</u></u>	<u><u>31 697 401,46</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	7	1 950 000,00	1 950 000,00
Reservas legais		101 327,63	101 327,63
Outras reservas		1 120 256,97	1 120 256,97
Resultados transitados		1 032 098,26	321 834,20
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	24	20 060 617,34	20 319 988,76
		<u>24 264 300,20</u>	<u>23 813 407,56</u>
Resultado líquido do período	6	5 530,19	710 264,06
Total do capital próprio		<u><u>24 269 830,39</u></u>	<u><u>24 523 671,62</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	12/29	1 755 827,41	1 755 827,41
Outras dívidas a pagar	29	3 231 803,29	3 231 803,29
		<u>4 987 630,70</u>	<u>4 987 630,70</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	29	1 000 556,21	831 672,77
Estado e outros entes públicos	29	80 137,16	88 878,44
Financiamentos obtidos	12/29	232 965,84	309 246,48
Outras dívidas a pagar	29	479 084,50	956 301,45
Total do passivo corrente		<u>1 792 743,71</u>	<u>2 186 099,14</u>
Total do passivo		<u><u>6 780 374,41</u></u>	<u><u>7 173 729,84</u></u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>31 050 204,80</u></u>	<u><u>31 697 401,46</u></u>

Contabilista Certificada
Nº 277/99

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM – Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 – Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF n.º7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo estão de acordo com as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES – Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo, determinado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. (em alternativa, pelo modelo da revalorização, determinado pela quantia revalorizada menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subseqüentes).

Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis estão registados pelo modelo do custo, determinado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. (em alternativa, pelo modelo da revalorização, determinado pela quantia revalorizada menos qualquer amortização acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subseqüentes).

Imposto sobre o rendimento:

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa nominal de 11,20% sobre a matéria coletável até 50.000€ e à taxa de 14% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a derrama (como a empresa tem a sua sede no Conselho de Angra do Heroísmo, beneficia de Isenção), bem como tributações autónomas sobre determinados encargos.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

Inventários:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao custo é reconhecido o respetivo ajustamento para o valor realizável líquido como gasto do período (perdas por imparidade).

Clientes e outros valores a receber:

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas".

Caixa e depósitos bancários:

Este item inclui os valores em caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários, mensurados pelas respetivas quantias nominais. Os descobertos bancários, quando existem, são incluídos na rubrica "Financiamentos Obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira, quando existem, são convertidos com base na taxa de câmbio à data do fecho.

Provisões:

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa, pelo respetivo valor ou pelo seu valor presente.

Fornecedores e outras contas a pagar:

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários:

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Esses financiamentos bancários são mensurados ao custo amortizado. Os gastos de financiamento são determinados com base no método do juro efetivo (taxa de juro efetiva), sendo registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Rédito e regime do acréscimo:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na NCRF 20, ou seja, o rédito só é reconhecido quando é razoavelmente mensurável, sendo provável que se obtenha benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas" quando existe o direito de os receber.

Subsídios:

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo respetivo valor atribuído, quando existe a segurança de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos não reembolsáveis para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos na rubrica "Outras Variações nos Capitais Próprios". São transferidos para resultados numa base sistemática, à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios não reembolsáveis destinados a rendimentos (à exploração), visam o financiamento de encargos incorridos e registados no período como gastos, pelo que são reconhecidos em resultados à medida em que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

4.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem políticas contabilísticas relevantes, para além das apresentadas.

4.3 – Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As principais fontes de incerteza residem nas estimativas contabilísticas mais relevantes:

Provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes. À data de 31 de março de 2026, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos "pagamentos ao pessoal", encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional "pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento".

O fluxo da atividade de investimento relativo a "juros e rendimentos similares", está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 5 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

6.1 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

6.2 – Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

6.3 – Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros, materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante global de 1.740,08€, os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2025 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 6 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

7. PARTES RELACIONADAS

7.1. – Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

7.2. – Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um auferiu remunerações no exercício, no montante bruto de 11.457,39€ a título de remunerações e 2540,79€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

7.3. – Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante o primeiro trimestre, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 7 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos

- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de março de 2026 a empresa não tinha ativos fixos tangíveis em curso.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de março de 2026, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 9 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

11. LOCAÇÕES (Não aplicável)

12. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa. O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente ao artigo matricial 1691 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo sob o artigo 1463.

Em dezembro de 2023 a empresa contratualizou um novo financiamento bancário, na modalidade de abertura de crédito até ao limite de 500.000,00€, mediante a apresentação de uma livrança subscrita pela empresa, dos quais a empresa utilizou 350.000,00€, podendo o montante remanescente vir a ser utilizado num período de 12 meses, sendo o prazo de reembolso de 120 meses, destinando-se o mesmo a suprir necessidades de tesouraria.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 12 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

20. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de março de 2026 a rubrica "inventários" apresentava a composição constante do Quadro 20 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

22. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 22 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de março de 2026, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma comparticipação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT – Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a comparticipar a construção da "Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira". A comparticipação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura. Relativamente a este subsídio, foi reconhecido como rendimento do período o montante de 280.486,42€.

Em 2022 a empresa reconheceu um novo subsídio, cuja candidatura foi apresentada ainda no âmbito do PO2020, destinado a comparticipar o projeto de mineração em curso, no montante de 1.274.738,81€, cuja taxa de comparticipação é de 85%, podendo vir a atingir os 100% se a empresa atingir de terminadas metas estabelecidas no programam em causa. Relativamente a este subsídio, foram reconhecidos rendimentos no montante de 23.583,42€ em 2026.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global, cujo valor da regularização relativa a esta rubrica ascende em 2026 a 44.698,26€, sendo o saldo a regularizar em períodos futuros no montante global de 3.365.897,99€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 14% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2026). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 31 de março de 2026 a rubrica "subsídios ao investimento" apresentava a composição constante do Quadro 23 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, a mesma é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, consequentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14% para o montante global de matéria coletável. Porém, a empresa solicitou um parecer à Autoridade Tributária, no sentido de aferir o respetivo enquadramento como "Small Mid Cap", nos termos previstos no Decreto-Lei nº81/2017 de 30 de setembro. Não sendo o parecer totalmente clarificador, mas uma vez que a empresa cumpre os requisitos deste conceito, optou por aquele enquadramento, pelo que a matéria coletável até 50.000,00€ passa a ser tributada à taxa de 11,2% e o montante que exceda aquele limite, será tributado à taxa de 14%.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de março de 2026, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 27 dos "Quadros - ANEXO" e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" ou "custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que

estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer estas sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

O Quadro 29 dos "Quadros - ANEXO" revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de março de 2026.

30. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2026 a empresa apenas tem registados encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal. Os saldos que se apresentam em dívida no final do exercício, serão regularizados no início de 2026.

O Quadro 30 dos "Quadros - ANEXO" reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. – Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 398.833,85€ no primeiro trimestre de 2026. O Quadro 32.1 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

32.2. – Informação por código de atividade

O Quadro 32.2 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição de várias rúbricas, de acordo com o CAE da empresa.

32.3. – Informação por Mercado Geográfico

O Quadro 32.3 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição de várias rúbricas, de acordo com diferentes mercados.

33. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO Nº1 DO ARTIGO 2º E O Nº 4 DO ARTIGO 9º, AMBAS DO DECRETO-LEI Nº 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas "SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda", com sede em Rua da Alegria, nº 785, E14, Porto, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido faturados honorário relativos aos serviços prestados, no montante global de 1.131€.


TERAMB, EM 31.Março.2026

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2026 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 25 de junho de 2026.

Sale Celso
D
D

Quadros - ANEXO

31. Março. 2026

(Montantes expressos em euros)

Quadro 5 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes		
	2025	31. Março. 2026
Caixa	724,04	605,65
Depósitos à Ordem	553 537,40	303 399,59
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	554 261,44	304 005,24

Quadro 7 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante						
Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1 170 000,00	60,00%	60,00%	2010
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780 000,00	40,00%	40,00%	2010

Transações entre Partes Relacionadas								
Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	316 353,06			864,92		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	7 643,97			0,00		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	91 553,27			32 842,14		

Saldos Pendentes a 31.12.2025				
Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	226 870,42	2 037,54
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	6 749,02	
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	184 598,84	54 768,93

Quadro 8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto					
	Saldo em 31. Dezembro. 2025	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Março. 2026
Goodwill		0,00			0,00
Projetos de desenvolvimento		0,00			0,00
Programas de computador		0,00			0,00
Propriedade industrial		0,00			0,00
Direitos de superfície		0,00			0,00
Outros ativos intangíveis	343 280,28				343 280,28
	343 280,28	0,00	0,00	0,00	343 280,28

Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 31. Dezembro. 2025	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Março. 2026
Goodwill		0,00			0,00
Projetos de desenvolvimento		0,00			0,00
Programas de computador		0,00			0,00
Propriedade industrial		0,00			0,00
Direitos de superfície		0,00			0,00
Outros ativos intangíveis	140 985,08	2 857,80			143 842,88
	140 985,08	2 857,80	0,00	0,00	143 842,88

Quantia Líquida Escriturada Final		
	Saldo em 31. Dezembro. 2025	Saldo em 31. Março. 2026
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	202 295,20	199 437,40
	202 295,20	199 437,40

Ativo Bruto					
	Saldo em 31. Dezembro, 2025	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Março, 2026
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	38 771 439,41				38 771 439,41
Equipamento básico	2 443 658,70				2 443 658,70
Equipamento de transporte	378 793,02				378 793,02
Equipamento administrativo	31 633,36				31 633,36
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	210 551,75				210 551,75
Activos fixos tangíveis em curso	0,00				0,00
	41 836 076,24	0,00	0,00	0,00	41 836 076,24

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2025	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2026
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	12 352 673,51	344 471,10			12 697 144,61
Equipamento básico	1 418 896,63	38 769,03			1 457 665,66
Equipamento de transporte	244 505,72	6 772,17			251 277,89
Equipamento administrativo	21 601,85	944,48			22 546,33
Equipamentos biológicos	0,00	0,00			0,00
Outros activos fixos tangíveis	89 317,89	4 031,61			93 349,50
	14 126 995,60	394 988,39	0,00	0,00	14 521 983,99

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2025	Saldo em 2026
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	26 418 765,90	26 074 294,80
Equipamento básico	1 024 762,07	985 893,04
Equipamento de transporte	134 287,30	127 515,13
Equipamento administrativo	10 031,51	9 087,03
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	121 233,86	117 202,25
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00
	27 709 080,64	27 314 092,25

Valor Contratual	2025				2026			
	Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	3 000 000,00	401 112,36	309 246,48	1 953 318,96	1 755 827,41	309 246,48	232 965,84	1 755 827,41
Participantes de Capital: Suprimentos								
Outros Financiadores								
	3 000 000,00	401 112,36	309 246,48	1 953 318,96	1 755 827,41	309 246,48	232 965,84	1 755 827,41
	2025	2026						
Custos dos empréstimos obtidos	105 851,54	20 672,30						

CMVMC / Variação de Produção

	2025		2026	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	1 490 116,33	0,00	1 838 139,16
Compras	0,00	936 004,81	0,00	253 136,93
Reclassificações/Regularizações	0,00	-86 113,57	0,00	-36 884,27
Inventário Final	0,00	1 838 139,16	0,00	1 945 748,90
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	501 868,41	0,00	108 642,92

	2025	2026
Valor Reconhecido	Valor Reconhecido	
Vendas	1 494 017,47	218 658,96
Prestação de serviços	2 793 961,60	736 205,03
Subsídios à Exploração	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	2 036 086,83	304 069,68
Juros	0,00	0,00
	6 324 065,90	1 258 933,67

Quadro 24 SUBSIDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	Subsídios atribuídos em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Subsídios atribuídos em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
		2025	2025		2026	2026
Subsídios relacionados com ativos:						
Terrenos e recursos naturais	806 424,83	0,00	806 424,83	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	35 134 344,69	0,00	1 141 286,98	34 078 882,17	0,00	285 321,75
Equipamento básico	2 160 792,44	0,00	51 295,39	2 031 000,43	0,00	12 823,86
Equipamento de transporte	285 390,00	0,00	37 079,63	264 481,50	0,00	5 924,07
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	290 282,34	0,00	0,00	284 294,82	0,00	0,00
	38 677 234,30	0,00	2 036 086,83	36 658 658,92	0,00	304 069,68

Quadro 27 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	2025	2026
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	710 264,06	5 962,09
Resultados fiscal do período	794 041,10	-22 502,60
Reporte de rejuizos fiscais	0,00	0,00
Matéria coletável do período	794 041,10	0,00
Imposto corrente	109 765,75	0,00
Tributações autónomas	2 136,60	431,90
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	13,82%	

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos			Passivos				
	2025		2026	2025		2026		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final
Excedentes de revalorização								
Prejuizos Fiscais	0,00	0,00	0,00					
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)	151,60	151,60	0,00	394,91	394,91	0,00	0,00	0,00
	151,60	151,60	0,00	394,91	394,91	0,00	0,00	0,00

Imposto sobre o Rendimento

	2025	2026
Imposto Corrente	111 902,33	431,90
Imposto Diferido	-243,31	0,00
	111 659,02	431,90

Quadro 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	2025				2026			
	Mensurados ao Justo Valor	Mensurados ao Custo Amortizado	Mensurados ao Custo	Imparidade Acumulada	Mensurados ao Justo Valor	Mensurados ao Custo Amortizado	Mensurados ao Custo	Imparidade Acumulada
Activos financeiros:	0,00	0,00	1 140 802,58	3 581,89	0,00	0,00	1 207 648,82	3 581,89
Clientes			1 137 046,70	3 581,89			1 137 721,33	3 581,89
Adiantamento a fornecedores			0,00				0,00	
Accionistas/sócios			0,00				0,00	
Outras contas a receber			3 755,98				69 927,49	
Activos financeiros detidos para negociação			0,00				0,00	
Outros activos financeiros			0,00				0,00	
Passivos financeiros:	0,00	0,00	6 814 578,32	0,00	0,00	0,00	6 531 353,81	0,00
Fornecedores			606 182,85				831 672,77	
Adiantamento de clientes			0,00				0,00	
Accionistas/sócios			0,00				0,00	
Financiamentos obtidos			2 354 431,32				1 988 793,25	
Outras contas a pagar			3 853 954,15				3 710 887,79	
Passivos financeiros detidos para negociação			0,00				0,00	
Outros passivos financeiros			0,00				0,00	

Imparidades - Dívidas de Clientes

	Clientes de Cobrança Duvidosa:		Imparidades Acumuladas:		Imparidades Exercício:	
	2025	2026	2025	2026	2025	2026
Clientes de Cobrança Duvidosa:						
Reclamados judicialmente	82,44	82,44	82,44	82,44	0,00	0,00
Em mora:	3 499,45	3 499,45	3 499,45	3 499,45	14,43	0,00
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Há mais de 13 meses e até 18 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Há mais de 19 meses e até 24 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	-43,29	0,00
Há mais de 25 meses	3 499,45	3 499,45	3 499,45	3 499,45	57,72	0,00
Totais	3 581,89	3 581,89	3 581,89	3 581,89	14,43	0,00

Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2025		2026	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	45	89 280	44	21 824
Pessoas REMUNERADAS	45	89 280	44	21 824
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	45	89 280	44	21 824
Pessoas a TEMPO COMPLETO	45	89 280	44	21 824
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	45	89 280	44	21 824
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	45	89 280	44	21 824
Homens	38	75 392	37	18 352
Mulheres	7	13 888	7	3 472

Gastos com Pessoal

	2025	2026
Remunerações dos órgãos sociais	52 869,90	11 457,39
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	912 962,51	217 267,39
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	216 240,11	50 727,31
Contribuições para a Segurança Social	216 240,11	50 727,31
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	0,00	0,00
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	0,00	0,00
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	23 217,81	13 568,58
Gastos de ação social		
Outros Gastos com Pessoal	16 310,63	6 098,77
Formação	3 359,00	625,50
Higiene e segurança no trabalho	2 835,00	519,00
Fardamento	10 116,63	4 954,27
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	1 221 600,96	299 119,44

Quadro 32 OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2025	2026
Subcontratos	124 978,46	31 032,32
Serviços Especializados	1 516 613,77	327 683,90
Trabalhos especializados	800 883,37	168 902,37
Publicidade	2 723,07	0,00
Vigilância e segurança	45 685,74	18 505,60
Honorários	6 041,00	1 249,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	654 231,80	137 534,80
Serviços Bancários	7 048,79	1 492,13
Outros Serviços Especializados	0,00	0,00
Materiais	22 243,07	6 136,27
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21 877,39	6 087,47
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	352,90	48,80
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	12,78	0,00
Energia e Fluidos	57 289,79	11 896,02
Electricidade	2 096,12	366,92
Combustíveis	52 799,53	11 033,51
Água	2 038,80	414,42
Outros	355,34	81,17
Deslocações e estadas	35 283,33	2 827,19
Deslocações e estadas	6 055,20	89,85
Transporte de mercadorias	29 228,13	2 737,34
Serviços diversos	57 413,45	19 258,15
Rendas e alugueiros	6 916,60	2 475,19
Comunicações	5 368,54	1 144,99
Seguros	15 363,15	12 954,53
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	315,00	5,00
Despesas de representação	26 486,76	2 545,48
Limpeza, higiene e conforto	2 973,40	132,96
Outros serviços diversos	0,00	0,00
Total FSE	1 813 821,87	398 833,85

32.2. - Informação por Código de Atividade

	2025	2026
	CAE	CAE
	38212	38212
Vendas:	1 494 017,47	218 745,72
Mercadorias	0,00	0,00
Prod. acabados interm., subprod., desperd., resíduos e refugos	1 494 017,47	218 745,72
Activos biológicos	0,00	0,00
Prestação de serviços	2 793 961,60	736 205,03
Compras	936 004,81	253 136,93
Fornecimentos e serviços externos	1 813 821,87	398 833,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	501 868,41	108 642,92
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	501 868,41	108 642,92
Activos biológicos (compras)	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00
Número médio de pessoas ao serviço	45	44
Gastos com o pessoal:	23 217,81	299 119,44
Remunerações	0,00	228 724,78
Outros (inclui pensões)	23 217,81	70 394,66
Activos fixos tangíveis:	27 709 080,64	27 314 092,25
Quantia escriturada líquida final	27 709 080,64	27 314 092,25
Total de aquisições	0,00	0,00
Das quais: em Edifícios e outras construções	0,00	0,00
Adições no período de activos em curso	0,00	0,00
Propriedades de investimento:	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida final	0,00	0,00
Total de aquisições	0,00	0,00
Das quais: em Edifícios e outras construções	0,00	0,00
Adições no período de actividades de investimento em curso	0,00	0,00

32.3. - Informação por Mercado Geográfico

	2025			TOTAL		2026			TOTAL
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extra-Comunitário			Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extra-Comunitário	
Vendas	1 494 017,47			1 494 017,47		218 745,72			218 745,72
Prestação de serviços	2 793 961,60			2 793 961,60		736 205,03			736 205,03
Compras	876 183,61	59 821,20		936 004,81		240 148,07	12 988,86		253 136,93
Fornecimentos e serviços externos	1 798 818,63	15 003,24		1 813 821,87		398 833,85			398 833,85
Aquisição de activos fixos tangíveis	0,00			0,00		0,00			0,00
Aquisição de propriedades de investimento	0,00			0,00		0,00			0,00
Aquisição de activos intangíveis	0,00			0,00		0,00			0,00
Rendimentos suplementares:	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços sociais				0,00					0,00
Aluguer de equipamento				0,00					0,00
Estudos, projectos e assistência tecnológica				0,00					0,00
Royalties				0,00					0,00
Outros				0,00					0,00

Contabilista Certificada
N.º 37739

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Março. 2026

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2025	1 950 000,00	-	-	-	101 327,63	1 120 256,97	321 834,20	-	-	20 319 988,76	710 264,06	24 523 671,52
Alterações no período:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações acessórias de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	710 264,06	-	-	(259 371,42)	(710 264,06)	(259 371,42)
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	710 264,06	-	-	(259 371,42)	(710 264,06)	(259 371,42)
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período	1 950 000,00	-	-	-	101 327,63	1 120 256,97	1 032 098,26	-	-	20 060 617,34	5 530,19	24 269 830,39

Constituída e Certificada
Nº 877/99


(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração


(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)


(Paulo Alexandre Silva Lima)


(Sara Maria Grácio Cerdeira)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Março. 2026

(Montantes expressos em euros)

	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	1 018 179,57	4 329 538,77
Pagamentos a fornecedores	-675 543,77	-3 344 636,59
Pagamentos ao pessoal	-190 795,98	-794 986,35
Caixa gerada pelas operações	151 839,82	189 915,83
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-97 639,45	-468 915,70
Outros recebimentos / pagamentos	174 021,55	-54 901,09
Fluxos das actividades operacionais [1]	228 221,92	-333 900,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-381 525,18	-176 752,27
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	715 708,46
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	16 558,90
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento [2]	-381 525,18	555 515,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-77 650,64	-291 823,87
Juros e gastos similares	-19 302,30	-101 575,37
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-96 952,94	-393 399,24
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-250 256,20	-171 785,11
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	554 261,44	726 046,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período	304 005,24	554 261,44

Contabilista certificada
N.º 37792

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

Anexo II - Parecer Revisor Oficial de Contas

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de março de 2026 que evidência um total de 31 050 204,80 euros e um total de capital próprio de 24 269 830,39 euros incluindo um resultado líquido de 5530,19 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de três meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** em 31 de março de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de três meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 01 de julho de 2026



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Teresa Maria da Cunha Soares Martins
(ROC N.º 1405 e registada na CMVM com o n.º 20161015)

Anexo III - Ata Assembleia Geral



ATAS

Folha

3

Nº do livro

60

ATA n.º 93

Ao vigésimo dia do mês de julho de dois mil e vinte seis, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135, freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros).

Estiveram presentes em representação dos sócios: Fátima da Conceição Lobão Santos Silveira Amorim, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) e Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira na qualidade de secretária da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros).

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1) Retificação da ata 92

Tendo sido detetado um lapso de escrita na Ata n.º 92, de 5 de maio de 2026, anteriormente aprovada e assinada, procede-se à sua retificação no que respeita ao modo de realização da reunião, constante no início do segundo parágrafo.

Onde se lê: *“Reuniram por teleconferência, em representação dos sócios: (...)”*

Passa a ler-se: *“Estiveram presentes, em representação dos sócios: (...)”*

2) Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do primeiro trimestre de 2026

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título, já certificados pelo Revisor Oficial de Contas, e deliberou-se por unanimidade aprová-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

- i. Total do Ativo: 31 050 204,80 €
- ii. Total do Passivo: 6 780 374,41 €
- iii. Capitais Próprios: 24 269 830,39 €
- iv. Volume de negócios: 954 463,99 €
- v. Resultados Líquidos do período: 5 530,19 €

ATAS

Folha 4
Nº do livro 60

3) Proposta de deliberação retificativa da aplicação do resultado líquido de 2025

Em reunião realizada a 16 de julho do corrente ano, o Conselho de Administração da Teramb, EM reavaliou os resultados do exercício de 2025. Com o objetivo de consolidar a estrutura financeira da Empresa e constituir de imediato a totalidade da Reserva Legal em falta, deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Geral a retificação da aplicação do resultado líquido.

A Assembleia Geral aprovou por unanimidade a referida proposta, fixando a distribuição do Resultado Líquido de 2025, no montante global de 710.264,06 €, nos seguintes termos:

- Reserva Legal (Reforço de 40,64%): 288.672,37 €
- Reservas de Investimento (59,36%): 421.591,69 €
- Total Aplicado: 710.264,06 €

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes. -----

O Presidente-----1-----

Fátima da Conceição Lobão Santos Silveira Amorim Fátima Amorim

O Secretário-----

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira Vânia Figueiredo Ferreira

Relatório Execução Contrato Programa

Solo Celso

[Handwritten signature]



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA

Ano 2026 – 1º trimestre

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
<i>Valorização energética de resíduos</i>	I.I) Disponibilidade da instalação superior a 90%	II.I) Disponibilidade = (horas possíveis - horas paragens programadas) / horas possíveis	Horas possíveis=2160H Horas paragem programadas=0H Horas de funcionamento =934,32H Disponibilidade =100%	Em execução
<i>Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis</i>	I.I) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica	II.I) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 869,42 ton Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton % depositada em aterro=0% % valorizada=0%	Em execução
	II) Preparar para a valorização orgânica 2100 ton de resíduos biodegradáveis provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins	II.II) Toneladas de resíduos triturados, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 869,42 ton Quantidade encaminhada para Valorização orgânica= 0 ton	Em execução
<i>Tratamento e valorização de subprodutos animais</i>	Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais	Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade SPOAS entregues= 1.024,49 ton Quantidade valorizada= 1.024,49 ton % valorizada = 100%	Em execução
<i>Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços</i>	Tratar, valorizar energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT	Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.	Total de resíduos entregues= 11.011,71 ton Total de resíduos encaminhados para a CVE= 8.586,49 ton Resíduos recuperados na mineração= 0 ton Deposição em aterro= 144,94 ton	Em execução